

Núcleo Executivo

Ata nº 236

Realizou-se no dia 24 de Março de dois mil e dezassete, às dez horas, na Divisão de Intervenção Social, uma reunião de Núcleo Executivo do Conselho Local de Acção Social da Amadora.

Estiveram presentes na reunião Ana Moreno, Coordenadora do NE, Rute Gonçalves, técnica de apoio ao NE, Ana Corte do ISS, I.P., Serviço Amadora-Lisboa, Natália Sá, representante das Comissões Sociais de Freguesia, Filipa Carvalho do ACES Amadora, Ana Paula Correia, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Sónia Miranda, do IEFP – Centro de Emprego da Amadora.

Não esteve presente Juvenal Baltazar representante da Fundação Afid Diferença.

A **Dra. Ana Moreno** deu início à reunião, dando algumas informações relativas ao POAPMC: o ISS –I.P alargou o prazo para entrega das candidaturas até ao dia 3 de abril/17. Neste âmbito, foi realizada uma reunião no passado dia 17 de março com as instituições que mostraram interesse em fazer parte do consórcio, no entanto foram identificados vários constrangimentos de operacionalização da operação, nomeadamente as condições necessárias para o armazenamento dos produtos frescos e congelados que a maioria das instituições não possui.

Vai ainda ser realizada mais uma reunião com todos os parceiros onde estará presente a representante do ISS. I.P, Dra. Manuela Correia.

A **Dra. Ana Corte** informou também que existe a possibilidade de renegociar as verbas disponíveis – mais €10000/€15000 por ano.

Seguidamente passou-se para o ponto de situação do Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável. Vai ser realizada uma reunião com os parceiros dinamizadores no dia 30 de março no ISCSP. Foi também já elaborada a grelha de monitorização e acompanhamento do Plano, tendo sido aferidas todas as metas e indicadores para poderem ser medidos.

Passou-se de seguida ao ponto dos assuntos diversos, tendo sido abordadas as seguintes questões:

- A **Dra. Ana Moreno** informou que a CMA assinou um protocolo de colaboração com o Conselho Português para os Refugiados para acolhimento de famílias recolocadas no município. A CMA comparticipará 50% do valor da renda de casa durante o período de acolhimento (18 meses). Será também realizada uma reunião com as instituições que se mostraram disponíveis para fazer parte do processo de acolhimento para começar a operacionalizar este processo.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião terminou pelas 12.30H.